

Aprovação por
maioria q. unan.
atendendo ao P.O.
19/6/05
V
b b

ACTA 1/2005

-- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Primeira Sessão Ordinária do ano de dois mil e cinco, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Regulamentação de Sinalização de Trânsito na Freguesia do Milharado – Proposta para colocação de sinais trânsito nas localidades de Vale São Gião, Calvos e Póvoa da Galega – Proc.º J.11/ Trans (3.2004); 3) Regulamentação de Sinalização de Trânsito na Ericeira – Criação de um lugar condicionado a deficientes – Proc.º J.6/ Trans (3.2004); 4) Regulamentação de Sinalização de Trânsito na Freguesia da Venda do Pinheiro – Proc.º J.16/ Trans (3.2004); 5) AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – Alteração dos Estatutos; 6) Alienação de créditos futuros; 7) Declaração de interesse público municipal dos terrenos para as construções de Equipamento Escolar, na Lagoa e na Venda do Pinheiro, e de Equipamento Social, na Encarnação. -----

-- Passavam dezassete minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por iniciada a sessão, referindo que "relativamente às actas, gostaria de fazer um pedido, solicitando, mais uma vez, aos membros que intervieram na sessão de Setembro, de fazer chegar a sua intervenção, porque, com base nas mesmas, podemos reconstituir a acta. Ela ficará, seguramente, bastante reduzida se for com os apontamentos que a mesa tomou, pois até ao momento apenas o Professor Ismael fez o favor de a apresentar. Entreguei a este propósito um pedido a cada um dos membros, Senhor Branco, Senhor Botelho, o Senhor Milhano, o Senhor José João e o Senhor Miguel Ângelo. Dentro do período antes da ordem do dia, abria as inscrições. Tenho a inscrição do Senhor Ernesto Ramalheiro. Antes iremos proceder à chamada." -----

O Secretário da Mesa, Senhor Luís Alves, fez a respectiva chamada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período antes da ordem do dia. -----

-- O Senhor Ernesto Ramalheiro, inscrito para este período, começou por dizer que "decorre na Junta de Freguesia da Malveira uma investigação da Polícia Judiciária. Gostaria de esclarecer, para que fique registado, que primeiro foi entregue por escrito, e por mim pessoalmente, esse pedido de investigação, na Direcção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira da Polícia Judiciária, no dia 11 de Fevereiro de 2005; segundo, encontraram neste momento, alguns dos meus adversários políticos e especialmente os meus inimigos, no manancial de boatos que correm, um valioso repasto para se deliciarem, vão morrer de fome. Eu não caí, nem caio, para desgosto deles, na lixeira onde dejectam; terceiro, defenderei o meu bom nome e a minha Junta de Freguesia até às últimas consequências; quarto, quero agradecer a todos os amigos que, de uma maneira ou de outra, têm feito chegar mensagens de preocupação sobre aquilo que se ouve dizer." -----

-- O Senhor Carlos Esteves referiu que "nas duas assembleias anteriores a esta, não pude estar presente e o Senhor José João deu aqui uma informação, referente aos transportes das crianças da escola primária da freguesia de Santo Estêvão das Galés. Venho só para informar que a Junta de Freguesia transporta diariamente vinte e duas crianças, percorre quatrocentos e noventa e dois quilómetros por semana. Relativamente à criança que o Senhor José João referiu, que a Junta de Freguesia andava a levar dinheiro a crianças pobres com dificuldades, a Junta de Freguesia tem aqui um documento assinado pela mãe da criança como nunca pagou nada. A Junta de Freguesia além de fazer todo o transporte das crianças, que é uma carrinha diariamente só para isto, um motorista e um auxiliar, faz também entrega de géneros alimentares em protocolo com a Segurança Social, desloca crianças à APERCIM a Mafra, desloca crianças à assistente social da Casa

Mãe do Gradil. A Junta de Freguesia só não faz mais porque não pode. Mas, creio que estamos a fazer o máximo das nossas possibilidades. Por isso eu vou deixar aqui, não duvido da palavra do Senhor José João, mas quem o informou, informou-o mal, vou deixar ao Senhor Presidente da Assembleia toda a documentação que depois entrega ao Senhor José João." -----

-- O Senhor Sarmeno Leitão dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que "foi com alguma alegria que passei no Pinheiro e vi já o antigo edifício do ATL da Misericórdia demolido, o que me leva a crer que a sede da Junta de Freguesia de Mafra irá ser uma realidade." -----

-- O Senhor Luís Alves, na qualidade de membro da Comissão Municipal de Saúde, proferiu uma pequena intervenção sobre a reunião que teve com o Director do Centro de Saúde de Mafra, que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO UM.-----

-- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao período da ordem do dia que "tem sete pontos e relativamente ao primeiro, foram distribuídas um conjunto de informações do Senhor Presidente da Câmara. Solicito, assim, se tem outras informações para além daquelas que prestou por escrito para esta Assembleia?"-----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "em complemento da informação que aqui foi dada, gostaria de fazer-vos um ponto de situação relativamente ao Centro de Saúde de Mafra e Malveira – Venda do Pinheiro. Como sabem, já há alguns anos a esta parte, a Câmara tem desenvolvido esforços no sentido de sensibilizar a Administração Central para a construção de um novo espaço em Mafra e de um novo espaço também que abranja as extensões, hoje, da Malveira e da Venda do Pinheiro. Justificações são mais que muitas, mais prementes no caso da Malveira e Venda do Pinheiro até, inclusive, do que em Mafra. Mas, chega-se facilmente à conclusão que o edifício de Mafra, tal como os outros, não responde, em termos habitacionais, às necessidades de funcionalidade do próprio espaço, operacionalidade do mesmo, melhor serviço prestado, não pelos profissionais, que o prestam sempre conforme sabem e podem da melhor forma, mas em termos de edifício. Sendo também que, no caso de Mafra, estava por nós pensado que o Centro de Saúde poderia ser recuperado com verbas, eventualmente, do Ministério da Saúde e da Segurança Social, entregue ao proprietário que é a Misericórdia, e que poderia fazer dali um chamado hospital de retaguarda, onde outras valências, que não aquelas que a Misericórdia tem hoje, poderiam resultar em benefício da comunidade, tais como um apoio domiciliário mais desenvolvido e um apoio de retaguarda àquelas pessoas que necessitam de internamento provisório, muito curto, para recuperarem das operações ou das suas doenças. Alivia-se, assim, também o espaço que é hoje ocupado pela Misericórdia, espaço em termos das pessoas. Um doente acamado na Misericórdia tem um custo, ocupa espaço e serviços outros e, em frente, poderia ter esse benefício. Isto tudo foi pensado e desenhado. À última da hora o Senhor ministro das Finanças recusou-se a assinar o despacho. Eu andei a negociar com a ARS, com a Secretaria de Estado da Saúde, com o Ministro, um protocolo entre a Câmara, porque é reconhecida a não existência de meios financeiros para executar de *per si* o Centro de Saúde, sendo que a Autarquia já se propôs, há uma série de tempo, a suportar os custos inerentes aos projectos, à cedência dos terrenos e à execução da obra. Também era certo pensar e admitir que o Ministério da Saúde e a ARS iriam pagar, mensalmente, os custos do serviço, da dívida, do mecanismo financeiro encontrado então para superar esta situação. Estava tudo pronto, tudo feito, o Senhor Secretário de Estado da Saúde tinha aceite, depois de muitas trocas de papéis, a própria ARS, faltava o despacho entre o Ministro da Saúde e o Ministro das Finanças para autorizar a despesa, uma vez que era uma renda mensal, no caso de Mafra de cerca de cinco mil contos por mês em dez anos e, no caso da Malveira – Venda do Pinheiro, salvo erro, três mil em dez anos também, porque quiseram a meta dos dez anos porque podia ser em vinte anos, enfim, seria mais barato. Não se conseguiu que o Senhor Ministro das Finanças assinasse e, como tal, temos as

situações suspensas neste momento, à espera de novas ordens. No entanto, há uma coisa que eu queria dizer a esta Assembleia: é que não parámos o desenvolvimento dos projectos. Neste momento, e essa reunião que o Senhor Deputado há pouco referiu, entre o Director do Centro de Saúde e os outros profissionais da Saúde, tem a ver exactamente com o aperfeiçoar da operacionalidade/funcionalidade do projecto que está a ser feito pela Câmara Municipal, e não pelo Ministério da Saúde, só que entendemos que devíamos pôr em diálogo o projectista e as equipas de saúde que trabalham, ou que irão trabalhar eventualmente, nesse projecto, para que dali saia um bom projecto para todos. Qual é a solução daqui para a frente? Não sabemos! Estamos a estudar uma outra forma de resolver este assunto, mas como devem calcular, e é fácil de se aceitar, que não teremos, dentro dos próximos três, quatro, cinco meses, qualquer decisão governamental sobre esta matéria. É natural que se mudem os Secretários de Estado, é natural que se mudem as direcções da ARS, uma série de situações que são normais nestas mudanças de Governo. Mas, garanto-vos, os projectos vão avançar, vão estar prontos e depois será um simples «estalar de dedos» e acontecerão as obras na exacta medida daquilo que são os programas que a própria ARS nos solicitou que fossem respeitados. Era só isto que queria dizer sobre estas duas matérias." -----

-- Não havendo inscrições para o primeiro ponto da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois sobre o regulamento de sinalização de trânsito na freguesia do Milharado, proposta para colocação de sinais de trânsito nas localidades de Vale de São Gião, Calvos e Póvoa da Galega. Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para algum esclarecimento suplementar. Não havendo nada a acrescentar, passou-se à votação e a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal avançou para o ponto número três referente ao regulamento de sinalização de trânsito na Ericeira, criação de um lugar condicionado a deficientes. Não havendo intervenções, passou-se à votação. A proposta foi aprovada com unanimidade, passando-se ao ponto número quatro relativo à regulamentação de trânsito na freguesia da Venda do Pinheiro. -----

-- Igualmente não havendo intervenções, passou-se à votação, sendo este ponto aprovado por unanimidade. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco, Alteração dos Estatutos, AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "há algumas alterações que têm a ver com o Conselho de Administração que passa a Conselho Directivo, e outras alterações que têm a ver com a adaptação do texto dos estatutos à legislação actual." -----

-- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade. Passou-se ao ponto dos aditamentos à ordem do dia, o número seis, relativo à alienação de créditos futuros. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que "em aditamento ao que foi distribuído, direi o seguinte: esta questão do reforço do abastecimento da água ao Concelho de Mafra, é uma questão que já prosseguimos há alguns anos, desde o estabelecimento da conduta Alenquer – Torres Vedras – Mafra que tinha um prazo muito limitado no horizonte de projecto, em termos de satisfação das necessidades de água no Concelho, começámos logo a pensar como é que vamos resolver o problema a partir mais ou menos do ano dois mil. Junto da EPAL fizemos um conjunto de reuniões com vários Conselhos de Administração, tendentes a resolver esta dificuldade do abastecimento de água ao Concelho. Depois de muitas reuniões, a EPAL retrai-se um pouco nos seus investimentos, ainda por cima quando a rentabilidade não é garantidamente assegurada. Estes investimentos têm a ver depois com uma rentabilização que a própria empresa entende, de acordo com critérios perfeitamente justos, impor aos seus investimentos. Chegou-se à

conclusão, e porque, em primeira instância esteve a afectação de Mafra às Águas do Oeste, entendi que não era a melhor solução e expliquei na altura à Câmara. São quatorze municípios nas Águas do Oeste, sendo muito difícil encontrar uma matriz que definisse critérios justos e racionais equitativos, relativamente à distribuição de água. Isto é porque nós estamos ligeiramente mais avançados na distribuição e na cobertura de abastecimento de água, portanto as nossas necessidades não são compagináveis com aquilo que era o problema, ainda há bem pouco tempo, da zona onde hoje labutam as Águas do Oeste. No entanto, e porque tínhamos um abastecimento norte através da conduta Alenquer – Torres Vedras – Mafra, aceitámos, porque também não tínhamos grandes hipóteses e o nosso contrato é com a EPAL e não com as Águas do Oeste, que transferirmos ou participar nas Águas do Oeste para abastecimento a norte nessa conduta que foi também feita com capitais municipais três por cento, sete por cento de Torres Vedras e noventa por cento da EPAL. Mas, a questão maior que se punha era não a Águas do Oeste, qual é a outra fonte? Em termos de captações próprias, o Concelho não tem alternativa e, portanto, tínhamos que aderir a um sistema já existente, com custos extraordinariamente grandes que se chama, vulgarmente, a "CREL de água", ligando o adutor que vem de Castelo de Bode até Arsena e depois abastece os Concelhos de Sintra, Oeiras, Cascais, entre outros. Funciona como um anel exterior, é um adutor com um metro e meio de diâmetro, salvo erro, com um caudal enorme. Ligando da Arsena até Mafra, que era a alternativa que nós tínhamos, esgotada que estava a capacidade de reforço de transporte no sistema de Lousa, nós recebemos água através de Guerreiros e em Lousa, aqueles reservatórios trabalham exclusivamente para bombear para o Concelho. É uma das vias que nós temos para abastecimento para além daquela que eu referi há pouco que era através de Torres Vedras. Portanto, esta era a única forma e fonte que nós tínhamos de nos ligar à EPAL, entendíamos nós. O projecto vai no Verão de dois mil e sete disponibilizar, no Concelho de Mafra, o dobro da água que nós estamos a consumir neste momento. Estamos a consumir vinte e quatro mil metros cúbicos de água em ponta, nos dias de grandes consumos, passando a ter em dois mil e sete, através deste sistema de adução, mais vinte e quatro mil metros cúbicos. Isto quer dizer que nos próximos vinte anos teremos muita água, de forma a que as condições de habitabilidade no Concelho, neste aspecto, também superem aquilo que existe hoje. O custo desta obra ronda vinte e oito milhões de euros. Temos actualmente uma capacidade de reserva, e por isso investimos ao longo destes quinze, vinte anos, de três dias com total falta de abastecimento extra-concelho, isto é, a reserva que nós temos nos nossos reservatórios dá para abastecer o concelho durante três dias. Temos com essa capacidade de reserva superado as falhas não só na adução, mas também as temperaturas de ponta que, porventura, obrigam a caudais maiores. Ainda há cerca de dois anos, fizemos mais uma célula na Venda do Pinheiro, mais uma no Alto da Vela, em Vila Franca do Rosário, na Encarnação, portanto, temos o concelho bem protegido. A dependência do exterior obriga-nos a ter algumas cautelas porque podemos ter uma rede de distribuição muito capaz, podemos ter um sistema de reserva menos capaz e uma falha na adução põe em risco todo um concelho. É isso que não temos feito e que não tem acontecido, temos sabido superar com uma gestão cuidadosa dos recursos, que tem sido feita pela Générale des Eaux. Mas, isto para dizer que esta obra custa vinte e oito milhões de euros, sendo absolutamente necessário que seja feita até dois mil e sete. Não conseguimos, com o crescimento populacional que se verifica no concelho e com os hábitos de consumo que felizmente têm mudado, ultrapassar dois mil e seis, dois mil e sete será o limite que temos para com a mesma adução e a mesma reserva fazer uma gestão cuidadosa e satisfatória das reservas de água. Essa conduta poderia ser executada de duas maneiras. Uma delas tem a ver com a EPAL que faz tudo, responsabilizando-se desde Arsena até à entrega nos reservatórios da Venda do Pinheiro. Só que para que esta operação seja feita pela EPAL, custava-nos sete cêntimos por metro cúbico, para além do preço normal da água, que se iria reflectir no tarifário, mais aquilo que a Câmara iria cobrar, porque

são cinquenta por cento sobre o consumo da água, para a tarifa de ambiente seriam mais três cêntimos e meio. Sete cêntimos esses que têm actualização e duraria durante trinta e três anos a sua amortização. Esta era uma solução. A outra seria, se a Câmara tivesse possibilidade de se socorrer de empréstimos, e como tem a capacidade do endividamento ainda disponível, para fazer o seu troço entre Casais da Serra e a Venda do Pinheiro, porque o outro é da responsabilidade exclusiva da EPAL. Sendo que não podemos utilizar a capacidade de endividamento, essa põe-se de lado. Outra situação é a que nós trazemos hoje que é a venda dos créditos futuros. Como é que isto funciona? No dia um de Março de mil novecentos e noventa e cinco, recebemos por antecipação da Générale des Eaux um milhão de contos, correspondente a cem mil contos por ano de rendas antecipadas que vezes dez anos nos deu um milhão de contos. Permitiu-nos resolver uma série de situações complicadas, dez anos já lá vão. O Concelho beneficiou e o orçamento municipal saiu "refrescado", digamos que podemos resolver um conjunto de situações com este "balão de oxigénio" que de outra forma demoraríamos muito tempo a satisfazer as necessidades de projecto, de obras que entretanto foram feitas. Para além desses cem mil contos por ano, nós estávamos todos anos a ter alguma renda da Générale des Eaux, posso dizer que em dois mil e quatro seria de quarenta mil contos a renda da Générale des Eaux, porque a renda não é estática, nós hipotecámos na altura dez anos vezes cem mil contos/ ano, mas há também as actualizações constantes do valor da renda que são recebidas à parte, bem como os investimentos entregues à Générale des Eaux que paga à Câmara três por cento de renda de cada investimento. Por cada cem mil contos de obra entregue, a Générale des Eaux paga-nos três mil de renda por ano. Isto faz parte dos acordos e dos cadernos de encargos. Neste momento, a renda da Générale des Eaux, um milhão de contos acabou este ano de ser pago, no dia um de Março, nós temos cerca de cento e setenta mil contos de renda por ano. Queremos vender, em concurso público, quem levar menos dinheiro por esta operação é que garantirá. Para além destes seiscentos e cinquenta mil euros, por ano, um milhão de contos é o empréstimo para fazer a obra, não toda porque o orçamento municipal ainda vai ter que suportar. Custa um milhão e meio nos dois anos, vamos ter que arranjar quinhentos mil contos do orçamento municipal. Um milhão de contos da venda dos créditos futuros e quinhentos mil contos do orçamento municipal. Ainda ficamos a receber de renda o remanescente. Nós neste momento temos cerca de oitocentos e cinquenta mil euros por ano, vamos hipotecar à venda de créditos seiscentos e cinquenta mil contos por ano, ainda ficamos com duzentos mil euros por ano, isto é, quarenta mil contos de renda no primeiro ano, no segundo serão quarenta e dois... é a única forma de rapidamente nos financiarmos, digamos assim, para poder executar um projecto que é de primeiríssima necessidade para a estabilidade do abastecimento de água ao Concelho." -----

-- O Senhor José Botelho acrescentou "quanto ao aspecto que se prende quanto à forma de financiamento, gostaríamos de dizer que, no plano dos princípios, o recurso, de vez em quando, à antecipação de receitas futuras, é um princípio que, a nosso ver, não pode ser percorrido muitas vezes. Na verdade, com isso antecipando as receitas, estamos a dificultar a vida e os investimentos futuros daqueles que necessariamente poderiam ser feitos com os recursos programados para o futuro. Na verdade, em certo sentido esta antecipação de receitas compromete a actividade que venha a pretender desenvolver-se anos mais tarde, em todo o caso, dada a circunstância deste tipo de investimentos ser tão prioritário, nós não vemos razão para nos opormos de uma forma sistemática a esta proposta. De qualquer forma, gostaríamos de deixar vincado que o recurso a estes esquemas de financiamento, que em certo sentido acabam por, lateralmente, "furar" a lei que pretende controlar o endividamento às autarquias, é uma situação que não é confortável e não pode ser repetida. Sendo assim, fica a nossa preocupação e o desejo que a Câmara calendarize as suas obras tendo em conta o orçamento do próprio Município." -----

-- Por seu lado, o Senhor José João Costa afirmou que "percebe-se perfeitamente a

preocupação da Câmara relativamente ao abastecimento de água ao concelho. A Câmara vai contrair um empréstimo, vai vender activos no valor de um milhão e trezentos mil contos, dos quais um milhão e trezentos mil contos serão vendidos pelo preço de um milhão de contos. Isto é, este negócio vai custar à Câmara trezentos mil contos. Por outro lado, também não estamos na posse do orçamento do que irá custar a obra em si, foi falado um milhão e quinhentos mil contos. Se ultrapassar esse valor como é que a Câmara pensa recorrer a créditos novamente? À venda de activos ou, possivelmente, sairá do orçamento camarário. Se isso tudo acontecer, alguma coisa fica para trás. Queremos que o projecto seja efectuado, mas gostávamos de ter mais números palpáveis, mais situações concretas. Quanto é que vai custar ao Município? Sendo certo que os tais sete cêntimos que iria custar, vão custar muito mais, no fundo quem vai pagar são sempre os mesmos!" -

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu "que durante este período de dez anos, sendo a obra de um milhão e meio de contos, esses três por cento deverão representar cerca de quatrocentos e cinquenta mil contos, portanto, deve haver uma recuperação no retorno das rendas daqueles três por cento." -----

-- O Senhor Miguel Ângelo acrescentou "a bancada do PSD, relativamente a estas matérias, compreende as reservas normais dos partidos da oposição relativamente a propostas de investimento por parte do Município e nomeadamente do executivo do PSD, mas congratula-se com o facto do recurso a verbas para investimento ficarem dentro do mesmo sector, ou seja, aquilo que a Câmara vai fazer é que vai recorrer à antecipação de rendas de águas para investir nas águas, não se trata de desvirtuar verbas, mas sim antecipar para reforçar já o mesmo sector. Ao investir-se já mais de um milhão de contos em equipamentos que serão entregues à Générale des Eaux, acresce também a renda da mesma nos tais três por cento. A ideia que o Senhor José João levantou, infelizmente é assim, mas o facto de entregarmos já à Générale des Eaux aquele investimento permite-nos logo amortizar, de certa maneira, trezentos mil contos que é o custo do próprio empréstimo. Nesse aspecto o PSD não vê qualquer problema na aprovação desta proposta até porque este ano, curiosamente, é um ano de seca, o que se vai repercutir no futuro. Temos, assim, que resolver rapidamente os problemas de abastecimento do Concelho." -----

-- O membro da Assembleia, Américo Peralta, retomou o assunto dizendo que "gostaria de abordar esta situação da seguinte maneira: quando se fala em créditos futuros ou alienação de activos, é uma situação que parece complicada. Na verdade, o que se tem que analisar é que quando se pretende fazer um investimento, o normal é ir buscar dinheiro de empréstimo, mal seria que uma Câmara tivesse tanto dinheiro parado e que não o aplicasse a contar de vez em quando fazer investimentos desta montra. Neste caso particular, a Câmara, embora tendo capacidade para ir contrair o empréstimo, não pode por condições que nada têm a ver com o Município. Portanto, toda esta situação não é complicada, porque de outro modo seria um empréstimo perfeitamente normal que se iria buscar sem qualquer complicação. Se a câmara, eventualmente, tivesse impossibilitada de fazer empréstimos, então a coisa seria complicada, mas não é o caso. Evidentemente que é de aprovar sem qualquer reticência." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou ainda que "os municípios portugueses em dois mil e quatro fizeram maiores amortizações de empréstimos, do que novas contracções de empréstimos. Isto é, o saldo da dívida do sector dos Municípios foi reduzida." -----

-- O Senhor José João questionou "suponho que o contrato de concessão à Générale des Eaux é de vinte e cinco anos, já passaram dez, e porque renegociar o acordo e ir buscar mais dez anos de renda? É uma hipótese, uma vez que a Câmara vai fazer o investimento e vai entregar à Générale des Eaux para exploração, aumentando os seus lucros." -----

-- Para esclarecimento o Presidente da Câmara disse "antecipar o *terminus* de um acordo quinze anos, isso traria à Câmara indemnizações astronómicas para eles se irem embora. Essa hipótese é meramente académica. Não tenho mais dados do que

aqueles que tenho, o que tenho é o valor de projecto da EPAL que são vinte e oito milhões de euros, número estimado de acordo com as medições e preços. O que temos como garantia é de que andarás muito perto daquele valor. Estamos a gastar cerca de duzentos mil contos, por ano, em reformulações de redes e condutas. Vamos continuar a receber quarenta mil contos, duzentos mil euros, por ano de renda. Neste momento o projecto está na COBA, empresa que fez o projecto para a EPAL, está a separar o que é responsabilidade da EPAL daquilo que é responsabilidade nossa, porque entendi que se entregássemos tudo à EPAL iria haver uma penalização grande no custo da água durante trinta anos, são cerca de seis cêntimos, corrijo, não chega a sete cêntimos durante trinta anos. Prefiro que haja um esforço nesse sentido para as formas de financiamento: a EPAL e os empréstimos, que eu não tenho. Em dois mil e sete mesmo que não tenhamos a conduta feita vamos ter obrigatoriamente que suportar mínimos porque há obrigações de consumo. Tenho que fazer alterações significativas na rede de transporte para os centros principais do Concelho, por exemplo, temos que começar a preparar o novo adutor que vem da Venda do Pinheiro a Maфра, abandonando o existente. É também um dos nossos objectivos extinguir o abastecimento através da Fonte da Telha, tem uma dureza quase no limite. Através do novo adutor Maфра - Ericeira tenho que pôr água em Fonte Boa da Brincosa. Portanto, há um conjunto de investimentos que temos que fazer. Com um milhão de contos vamos ter que em dois anos, através do orçamento municipal, para além dos duzentos mil contos que normalmente gastamos na renovação, pôr mais quinhentos mil contos para fazer o tal milhão e meio de contos. Julgo que é um esforço que deve ser feito." -----

-- O Senhor José Botelho expôs "para clarificar dois ou três aspectos: o primeiro é o do bom princípio que é não antecipar as receitas que pertencem a anos futuros e que quando se diz que com o tempo essas receitas provenientes da Compagnie Générale des Eaux é evidente que a progressão é positiva e deve ser enquadrada no âmbito das receitas futuras e, portanto, desde que elas se antecipem, estamos a reduzir as possibilidades de receitas que se iriam gerar no futuro. Um segundo aspecto é que não se pode vir aqui fazer um discurso de que a Câmara tem capacidade de endividamento e de que em circunstâncias normais se recorreria a crédito, portanto, esta operação que configura uma possibilidade de financiamento que só não se faz pela via normal porque a lei tolhe esse movimento. É preciso não esquecer que as empresas municipais também têm endividamento e de que de uma forma real o endividamento da Câmara não é aquele que às vezes se pretende fazer transparecer para o exterior. Na prática é muito mais. Já nem falo no endividamento resultante da Mafratlântico que têm um carácter transitório e devidamente enquadrado no tempo e a breve prazo serão reembolsados. Não está em causa o nosso apoio à iniciativa, está em causa apenas a preocupação de que no futuro já não será possível ou viável fazer mais antecipações de receita." -----

- O Presidente da Assembleia Municipal passou o ponto à votação e o mesmo foi aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD, PS e independentes e uma abstenção da CDU. Passou ao ponto seguinte da ordem de trabalho, o ponto sete referente à Declaração de Interesse Público Municipal dos terrenos para as construções de Equipamento Escolar, na Lagoa, na Venda do Pinheiro e na Encarnação, e de Equipamento Social, na Encarnação. -----

-- O Presidente da Câmara explicitou o ponto referindo "aqui há três, quatro meses apareceu-me no gabinete uma empresa, a GPS, dizendo que construíam no país equipamentos para a Educação, nomeadamente escolas. A sua área de interferência teria sido Santarém, Leiria, e que queriam vir agora para a DREL, porque sabiam das dificuldades que estávamos a ter com a Escola Secundária e EB2,3, entendiam que Maфра tinha e reunia condições para eles se implantarem. Disseram que fabricam a escola, de utilização gratuita, quem paga depois é o Ministério da Educação, a DREL respectiva da área, através de um contracto que fazem preço por aluno em função do custo do funcionamento da escola, incluem os professores, incluem a amortização do investimento. O Ministério paga-lhes a eles.

Eu distribuí agora um conjunto de panfletos que dá a ideia do conjunto de escolas que eles têm, do número de alunos pelos quais são responsáveis. Mas eu quis saber mais, fui falar com o Secretário de Estado para perguntar quem eram, ao que vêm e porquê Mafra? Foram-nos dadas garantias totais sobre a empresa porque a experiência provada é que de facto são pessoas ligadas à Cultura, mas que substituem o Estado na impossibilidade do mesmo poder resolver os problemas dos habitáculos escolares. Nós tínhamos dois problemas no concelho: a Escola Secundária da Venda do Pinheiro e era preciso outra EB2,3 na zona interior do concelho. Aliviaria a EB2,3 da Ericeira e também a de Mafra uma vez que a área de influência seria determinada pela própria DREL. A localização seria algures na freguesia de Santo Isidoro, a meio caminho das zonas que se pretendiam ser beneficiadas, seria na Lagoa. Esta escola teria via profissional também. Ao que parece a DREL não apostava muito numa escola profissional na Lagoa, apontou para então na Encarnação fazer só uma escola profissional. Convém acrescentar que os *curriculas* dessas escolas são dados e cumpridos pelo Ministério da Educação através da DREL. A Escola da Venda do Pinheiro já tem nome, será Escola de Santo André e da Lagoa será a de Miramar. Em relação ao problema da Venda do Pinheiro o terreno era fácil na medida em que já acontecia uma predestinação daquele terreno, eu hei-de pedir à Assembleia que me autorize, porque aquele terreno é da Câmara. Como é que nós entregamos, e se é que vamos entregar, o uso pleno, o seu direito de superfície, à empresa para gerir com este objectivo. Aquilo que eu peço de interesse municipal sobre esta matéria tem consequências a nível da revisão de PDM, eles estão instalados em espaços florestais, em espaço agrícola, o da Venda do Pinheiro apanha três classes de espaços: espaço urbanizável, espaço urbano de verde enquadramento, um bocado de REN na parte ligada mais aos pavilhões com acesso ao campo de futebol. O que daqui sair hoje, será dado encaminhamento para a revisão do PDM. Não deve ser impeditivo do início, desde já, da construção das escolas. Porquê? Porque eles querem começar, tanto a Escola da Venda do Pinheiro como a da Lagoa, este ano ainda. Relativamente ao equipamento social da Encarnação é um projecto a desenvolver pela Associação de Socorros da Encarnação em parceria com uma empresa francesa que vai construir oitenta quartos." Deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra.

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "relativamente a este equipamento social há dois motivos fundamentais que se prendem com a sua instalação na Encarnação. O primeiro tem que ver com a necessidade de se mudar a sede da Associação de Socorros do espaço onde hoje existe, uma vez que é um projecto aprovado aqui em Assembleia sobre a construção da Junta da Freguesia que vai abranger toda aquela área. Era necessário encontrar um novo espaço para enquadrar a sede da Associação, nomeadamente a parte administrativa. Foi entendimento que a Associação poderia integrar a área das residências seniores. Nesta área, optou-se por enquadrar uma solução que pudesse, através de parceria, juntar o útil ao agradável. Ficaria a sede da Associação com a sua utilização definida e com o equipamento também no mesmo local perfeitamente enquadrado. Daqui resultaria uma residência sénior que englobaria a possibilidade de gestão por uma sociedade que tem como tutela um grupo francês, que por sua vez viabilizaria o enquadramento de um determinado número de quartos para a Associação e outros para gestão. Cerca de oitenta quartos, que dará à volta de cento e noventa camas. É o projecto que se propõe em relação de parceria que não vejo que pudesse acontecer de qualquer outra forma nesta situação. Neste caso, funciona a parceria entre o público, a Associação de Socorros, e a parte privada. Daí a razão de se poder construir estes equipamentos com estas vantagens, por um lado, otimizar os meios, reduzindo os custos administrativos por parte da Associação de Socorros, por outro, dando à freguesia um equipamento que é de todo necessário."

-- Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara acrescentou "em relação à escola profissional na Encarnação esta não será feita este ano. Não seria desde já desenvolvida. Seria sim, o início destes cursos profissionais a desenvolver em duas

salas de aula da Escola Primária, tendo iniciado o processo profissional a título experimental. Seriam só, então, duas turmas. As duas outras, a da Venda do Pinheiro e a da Lagoa, seriam para fazer desde já, com início de funcionamento em Outubro deste ano." -----

-- O Senhor José João referiu "dá-nos ideia que esta proposta que nos é feita é para alterar o Plano Director Municipal para colocar em prática as explicações que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente nos deram. A explicação dada pelo Senhor Presidente englobou informação sobre o equipamento escolar e a dada pelo Senhor Vereador implica um equipamento social da responsabilidade da Associação de Socorros da Encarnação, dos quais esta Assembleia apenas se pode limitar a desafectar ao domínio público do REN ou da zona agrícola para efeitos de alteração no Plano Director Municipal. Essa explicação deve ser dada aos sócios da Associação, agradecemos a explicação, mas nós não nos diz nada. Nesta outra situação do equipamento escolar isto, salvo melhor opinião, cheira-me a hospital S.A.. e hospital S.A. com oitenta milhões de prejuízo. Não sei o que é que vai acontecer. Tem a certeza que o Estado não vai construir a escola na Venda do Pinheiro? Vai haver mudança no Governo. Será que estamos assim com tanta pressa? Será que o novo Governo não estará interessado em construir esta escola? Houve mudança de políticas." -----

-- De seguida interveio o Senhor António Branco dizendo "vou-me centrar na abordagem de interesse público na construção dos equipamentos escolares. Penso que, por diagnósticos anteriores, nós reconhecemos que há necessidade urgente de resolver um problema de um Município em crescimento populacional e de uma população escolar que tem dificuldades para encontrar solução para as suas necessidades de formação com a actual configuração das escolas básicas e secundária. De qualquer maneira não podia deixar de referir que a solução que é apresentada me faz lembrar uma solução que tive oportunidade nesta Assembleia de ver oposição relativamente à mesma, há um investimento que é assumido por uma entidade privada e o Estado vai pagando de uma forma diferida ao longo do tempo esse mesmo investimento através da contribuição para os jovens que vão integrando as várias escolas. É uma solução que a escola de Penafirme, embora num contexto diferente, tem vindo bem a assumir e tem vindo a ser consolidado ao longo do tempo. Essa gestão tem sido feita por uma entidade com determinadas características, de uma forma rigorosa, recorrendo a alguns financiamentos, designadamente do PRODEP e, portanto, é uma solução que à partida julgo que nós estaremos flexíveis para pegar nela e aprofundá-la. Nós gostaríamos de assegurar alguma qualidade do serviço que estavam a oferecer e onde é que nos íamos "meter" quando estivéssemos a abordar essa questão. É evidente que neste momento algumas áreas terão que sofrer profundas alterações e na área da Educação também é uma matéria que será tratada pelo futuro Governo de uma forma completamente diferente, portanto, eu neste momento poderia hesitar para uma solução que fosse de tempo de espera, relativamente a um enquadramento num orçamento que, eventualmente, será revisto na expectativa de que esta matéria pudesse ganhar a prioridade que ao longo destes três anos não teve e que voltasse a ser inserida no PIDDAC. É uma solução que nós temos, mas pensamos que esta necessidade de um investimento que foi adiado ao longo de três anos, teria algumas consequências se nós não quiséssemos assumir uma posição e adiássemos este problema. Estamos empenhados em viabilizar uma solução que passa, num primeiro momento, pelo consideração de interesse público da construção de equipamento escolar e, portanto por uma revisão do PDM. Gostaremos de acompanhar este processo com atenção e esperamos que a abertura que nós possamos dar sobre esta matéria signifique transparência na informação total sobre esta questão. Em termos de revisão do PDM, estamos a antecipar uma solução que gostaríamos que já fosse clara e que gostaríamos de estar já a fazer de uma forma programada. É um pouco a estratégia que o Executivo faz de pouca programação e impulsos para responder à resolução dos problemas. Mais uma vez somos confrontados para uma solução deste tipo para as

quais temos, no espaço de uma semana, que a avaliar. Se os terrenos cumprem as condições que são referidas na própria certidão, portanto somos confrontados com situações destas pouco programadas. Mas, a nossa posição sobre esta matéria é a de viabilizar a proposta apresentada.”-----

-- O Senhor Sarmento Leitão pergunta “se a escola é em terrenos mesmo na Lagoa ou na freguesia de Santo Isidoro, noutra local?” -----

-- Seguidamente, interveio o Senhor José Botelho para “pedir alguns esclarecimentos mais do que uma abordagem sobre o tema. Estou de acordo com esta proposta, o que nós vamos decidir é realmente também do interesse municipal, mas associado à definição deste interesse público no fundo o que está em causa é a revisão do PDM. Teria sido conveniente que a Câmara também facultasse, aos membros da Assembleia, plantas de localização suficientemente rigorosas e com alguma amplitude que nos permitissem uma localização rigorosa dos terrenos. Devo dizer que nós, PS, tivemos alguma preocupação neste aspecto, chegámos a deslocar-nos aos locais para tentar localizar os terrenos e ver até que ponto eles se situavam, ou não, próximos da malha urbana, não tivemos oportunidade de analisar até que ponto existiriam alternativas para isto. Em relação à Lagoa, não conseguimos localizar o local da sua implantação, ficando impossibilitados de fazer uma melhor abordagem desta situação. Relativamente à questão da Escola da Encarnação, penso que não foi distribuída nenhuma planta que permitisse antever o local onde se iria implantar. Na medida do possível pedia ao Senhor Presidente que pudesse aditar alguns esclarecimentos sobre as dúvidas que eu coloquei.” -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que “o grupo do PPD/PSD preocupou-se com a fundamentação jurídica para a declaração do interesse público. Consultámos a Constituição, consultámos a Lei do Ordenamento do Território para ver o que é ia consubstanciar a tal declaração de interesse público. A conclusão a que chegámos é que de facto as propostas emanadas da Câmara, após deliberação por unanimidade, estão devidamente regulamentadas em termos de lei e estão previstas na Constituição. Os requisitos aqui apresentados satisfazem essas necessidades. Estar à espera para saber se de facto vem ou não vem, sabendo que antes do início do próximo ano lectivo não teremos o Governo a trabalhar em plenitude, será complicado estar a adiar mais estas decisões. E daí, no âmbito do interesse municipal, ser para nós favorável a votação desta proposta quer relativamente às escolas, quer do equipamento social da Encarnação cuja Associação para além de IPSS é também uma pessoa colectiva de utilidade pública. Uma vez que as escolas serão gratuitas, é como a história das SCUTS em que o António Mexia também propunha que os residentes não pagassem, eu não sei se uma pessoa que vem de Bragança para tomar banho ou para fazer Desporto nas escolas não terá que pagar entrada. Os locais não pagam, isso é certo, era o que nós propúnhamos para as auto-estradas. Quem vem de fora, terá que pagar e, se calhar, será o que vai acontecer se uma pessoa de Mafra quiser ir fazer Desporto a um ginásio de uma destas escolas que vão ser agora construídas. De qualquer das formas, encontramos aqui interesse público municipal quer para o desenvolvimento dos locais onde vão estar inseridos os novos equipamentos, quer para o Concelho como um todo.” -----

-- O Senhor José João Costa referiu que “relativamente à alteração do PDM, que vai desafectar ao domínio público algumas parcelas para a construção destes equipamentos, não depende só da vontade da Câmara, depende também dos organismos que tutelam essas áreas. Não estou a ver o actual Governo, ainda em vigência, a decidir. Portanto, será o futuro Governo que o irá fazer. Relativamente ao facto destas propostas virem assim, deixam-nos umas certas dúvidas, que realmente não sabemos qual vai ser a atitude do Governo face à construção destes novos equipamentos. A Escola da Venda do Pinheiro já esteve em PIDDAC e foi retirada. Não sei é qual vai ser a atitude do futuro Governo, até relativamente à desafecção do domínio público das parcelas que são propostas pela Câmara. Logo, não vai ser, possivelmente, espera por espera, acho que as coisas deviam ser

feitas de modo mais razoável." -----

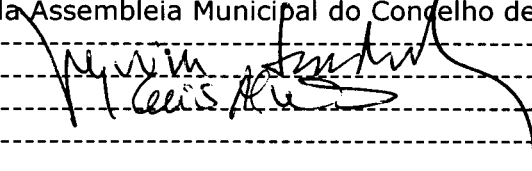
-- O Senhor Presidente da Câmara reafirmou dizendo "não quero ultrapassar qualquer tipo de gestão governamental sobre este assunto, até porque o acordo não está assinado e, concerteza, que o Senhor Director Regional, DREL, ou o Secretário de Estado que entretanto seja indigitado, irá assinar ou não assinar. Garantir que o Governo vai ter capacidade para, são eles que têm que garantir. Não abduco de lutar por uma escola, três ou quatro, onde quer que se situem porque são competências da Administração Central. Eu não tenho nada a ver com o terreno, não há alteração do uso do solo, nestes solos já é possível construir. No espaço equipamento que diz no PDM é possível construir, três por cento do espaço agrícola ou florestal pode ser usado para equipamento, tudo depende da sua dimensão. Portanto, como estamos a falar de áreas de um hectare e meio, é preciso eventualmente alterar o índice e em vez de três por cento, dar dez por cento ou quinze por cento para possibilitar o tal equipamento que se quer. Portanto, nós não estamos a violentar nenhum espaço *non edificanti* à partida, estamos só a tentar ampliar uma alteração. Mas, não me importa o terreno onde vai ser feito. É evidente que tenho a ideia mínima sobre a localização interessante, mas quando estes senhores falaram comigo, o próprio Secretário de Estado e o Director Regional, disse: «na Venda do Pinheiro já temos terreno» porque, inclusivamente, a Câmara já tinha disponibilizado, eu tive que anular, a pedido da DREL, o protocolo que nós tínhamos feito que já não dava o terreno para entregar, eventualmente, a estes senhores. O terreno da Venda do Pinheiro já estava consignado e não havia alteração de PDM, se fosse o Estado a fazer, o problema é escola pública gratuita ou paga? Se é paga, então vamos lá ver quais é que são as regras, se é uma escola pública gratuita, não tem nada a ver qual é que é a gestão. A mim o que me preocupa é o problema dos miúdos do meu Concelho que continuam o nono ano, décimo, décimo primeiro, sem chegar a vias de facto porque não conseguem ir para a faculdade e porque não conseguem sair da escola com o mínimo de preparação para entrarem no mercado de trabalho. Investimos na educação pré-primária, na primária, nas EB e por aí em diante não sabemos deles porque se perdem por ali e por acolá. Isto é o que me preocupa. Já esperámos demais. Há um tempo e uma oportunidade para fazer estes investimentos, qualquer dia que se perca no investimento da Educação, é um dia perdido na batalha do desenvolvimento. Mas, o Governo ainda não assinou o protocolo com esta ou qualquer outra empresa. Da nossa parte, tudo fizemos para que isso acontecesse. Não concordo que por um Governo ter entrado em funções, esperemos mais sete meses. Vamos ter que «arrumar a casa» a nível de Administração para depois surgirem situações. Era o problema relativamente aos Centros de Saúde, eu não quero ultrapassar a Administração nas suas competências, agora o que me custa é ter ainda Centros de Saúde a laborar da forma que estão. Esta decisão da Assembleia Municipal, juntamente com a da Câmara, será presente à Comissão Técnica de Acompanhamento para que o processo de revisão pontual ou acoplado à revisão que está a ser feita seja considerado. Na Venda do Pinheiro não há alteração no Plano Director Municipal e a escola ia ser feita. Na Lagoa é a caminho de Monte Godel. Foi um local em termos de localização, e eu ali interfeiri ligeiramente porque eles já vinham com a ideia. Não quis dentro da povoação, próximo, mas não dentro, porque eu queria primeiro apanhar a zona da Encarnação, Sobral da Abelheira e, eventualmente, Azueira, depois aquela zona de mar. Não quis na Encarnação por razões várias, porque está no topo do Concelho. Malveira está servida, Venda do Pinheiro e Mafra também, Ericeira também, só falta a parte central do Concelho." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação da deliberação para os equipamentos escolares e uma outra deliberação para o equipamento social. A primeira foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD e PS e independentes e um voto contra da CDU. Em relação à segunda deliberação, foi aprovada por unanimidade. Entrou-se de seguida no período destinado às intervenções do público, não se verificando nenhuma inscrição. O Presidente da

Assembleia Municipal deu por finalizada a sessão quando passavam doze minutos das onze horas do dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e cinco. -----

-- Verificada a lista de presenças houve registo das seguintes ausências nesta sessão: António José Pinto Marques; Domingos Manuel Vicente Janota; José Manuel Marques de Azevedo Rua; Luís Filipe de Almeida Cordeiro; Mário João Acúrcio Vicente. Foram apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: José Eduardo Nogueira Simões; José Carlos da Purificação Dantas; Paula Cristina Oliveira Braz Ribeiro Machado; Paulo Jorge da Conceição Ricardo; Luís Paulo Tenente. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----



Relativamente à actividade do Centro de Saúde de Mafra, como membro da Comissão Municipal de Saúde, após reunião informal com o Director do Centro de Saúde, gostaria de referir alguns pontos:

Dr. Henrique Santos

- **Aumento do número de atendimentos no SAP – Serviço de Atendimento Permanente:**

- Desde Dezembro até agora verificou-se uma duplicação das consultas nas urgências, passou-se de 120 a 140 consultas/dia para as 280 a 310 consultas/dia.
- O motivo apresentado prende-se com aumento das doenças do foro respiratório epidemia gripal, possivelmente devido à falta de chuvas.
- A resposta do Centro de Saúde foi a colocação de um terceiro médico de reforço. Este médico que vem das extensões do Centro de Saúde, executa o reforço de 2ª a 6ª feira no horário das 14.00h às 20.00h. Sempre que se justifique, nas restantes horas poderá ser solicitado o reforço por parte do Director do Centro de Saúde ou do Coordenador dos Cuidados Médicos.
- Este reforço, provocou a adaptação das instalações para comportar um terceiro gabinete, provisório, de atendimento médico. Tal como nos incêndios de 2002, só não houve um aumento mais substancial do reforço devido às exíguas instalações
- De referir ainda o aumento significativo de pessoas dos concelhos vizinhos (Loures, Sintra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras) que recorrem às urgências de Mafra para evitar tempos de espera mais demorados nos hospitais das suas zonas.

- **Novo Centro de Saúde em Mafra:**

- O Dr. Henrique promoveu reuniões entre os profissionais do Centro de Saúde e o Arquitecto do Novo Edifício para avaliarem condições de funcionalidade do espaço proposto. Estas reuniões abrangeram os Médicos, Enfermeiros, Técnicos e Administrativos que trabalham no edifício de Mafra.
 - Pretendeu o Sr. Director evitar assim alguns dos erros detectados à posteriori na construção do edifício da Ericeira, em termos funcionais, por responsabilidade directa da ARS Lisboa.
 - Foi entendido por parte dos profissionais de saúde que se torna cada vez mais premente a edificação das novas instalações para potenciar um aumento da qualidade dos serviços prestados.
-
- Foi ainda referida a necessidade do aumento do número de médicos, para além das novas instalações, para fazer frente ao crescimento populacional que se verifica no nosso concelho.
 - O Sr. Director mostrou-se ainda disponível para prestar mais esclarecimentos nesta assembleia ou para uma visita de deputados municipais ao actual centro de saúde para se aperceberem da necessidade premente de novas instalações.